

A

**ATA DA  
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2015  
NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO  
Nº 03/2015**

**MESA DA ASSEMBLEIA:** Presidente – Albano Fernandes Álvares, 1.º Secretário - António Pereira dos Penedos, 2.ª Secretária - Marlene Afonso Miranda.

**PRESENCAS:** Mário Jorge Carneiro Matias, Arnaldo António de Moura Silvestre Videira, Paulo Sérgio Pereira Aleixo, Adérito Vaz Pinto, Faustino Gonçalves Alves, Magda Pereira Barroso, Carlos Alberto Mendes Ferreira, Armindo de Sousa Pereira, Rui Fernandes Álvares, António Pedro Monteiro Fernandes, Manuel Baltazar Batista Pereira, Luís Miguel Morais Pires, Paulo Jorge Rua Pereira, António Dias do Couto, Daniel Costa Moura Dias, José Manuel Fernandes Pereira, Camilo Anes Pires, Lúcia Martins Dias Mó, António Paulo Pereira Sanches, José Quintas Lage, Miguel Duque Couto e José Rua Dias, membros da Assembleia.

**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Fernando Pereira Campos, Maria

Cândida Pereira das Eiras, Sandra Isabel  
André dos Reis e Odete Cristina Queiroga  
Moreira.\_\_\_\_\_

**SECRETARIOU:** Filipe Silva, Secretário do GAP.\_\_\_\_\_

**PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** Fernando Eirão Queiro-  
ga, Presidente da Câmara, António Guilherme  
Forte Leres Pires, Vice-Presidente, Maria do  
Céu Domingues Fernandes, Ana Luísa Pires  
Monteiro e Hélio Romeu Monteiro Pereira Mar-  
tins, vereadores.\_\_\_\_\_

**HORA DE ABERTURA:** 10 horas e 30 minutos.\_\_\_\_\_

**1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_

\_\_\_1.1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de abril;\_

\_\_\_1.2 - Assuntos de interesse municipal nos termos do regimento; \_\_\_\_\_

**2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_

\_\_\_2.1 - Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei; \_\_\_\_\_

\_\_\_2.2 - Relatório de Gestão e Contas Consolidadas / Ano 2014; \_\_\_\_\_

\_\_\_2.3 - Certificação Legal das Contas Consolidadas / Ano 2014; \_\_\_\_\_

\_\_\_2.4 - Proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento de Receita da Câmara Municipal para o ano de 2015; \_\_\_\_\_

\_\_\_2.5 - Proposta de desvinculação do Município de Boticas da Agência de Energia de Trás-os-Montes (AE-TM), e Doação da Quota Parte dos Ativos que lhe correspondem à AMAT. \_\_\_\_\_

\_\_\_Dada a ausência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e da 2.ª secretária, passou o 1.º secretário, Albano Álvares, a presidir a mesa da Assembleia. Propôs à Assembleia que integrasse a mesa, o membro António dos Penedos como 1.º secretário e Marlene Miranda como 2.ª secretária, o que não obteve qualquer objeção. Após verificação do quórum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, dando cumprimento ao determinado pela respetiva convocatória. De imediato, deu conhecimento da correspondência recebida desde a última reunião: respetivas comunicações dos

membros da Assembleia Municipal de Boticas, Fernando Campos, Maria Cândida das Eiras, Sandra Reis e Odete Moreira a informarem da impossibilidade em comparecer na presente sessão da Assembleia Municipal; comunicação do membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, a comunicar a sua renúncia às remunerações a que tem direito na qualidade de membro da Assembleia Municipal; ofício da Assembleia Municipal de Bragança a comunicar a aprovação de uma moção relativa à Vespa das Galhas dos Castanheiros; ofício da ANMP a enviar a Resolução do XXII Congresso da ANMP; ofício da ARS Norte a convidar para participar na sessão pública de apresentação de resultados de 2014 daquela entidade; convocatória do Conselho Municipal de Educação; convocatória do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Trás-os-Montes – Alto Tâmega e Barroso e Relatório de Atividades e Contas 2014 da ADRAT. \_\_\_\_\_

**\_\_\_ 1.1 – Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 30 de abril;** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Uma vez que a proposta de ata foi previamente enviada aos membros da Assembleia Municipal, dispensou-se a sua leitura. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes: \_\_\_\_\_

\_\_\_ O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, afirmou que embora não tenha estado presente na última sessão da Assembleia Municipal, lhe parece, na sua opinião, que o conteúdo da ata encontra-se incompleto ou que deturpa a rea-

lidade tal como tem acontecido em atas anteriores. \_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal, informou que as atas refletem aquilo do que essencial se passa nas sessões, o que na sua opinião, se tem verificado. \_\_\_\_\_

\_\_\_De seguida foi posta a ata a votação tendo sido aprovada, por maioria, com dois votos contra dos membros da Assembleia Municipal, Rui Álvares e Arnaldo Videira e uma abstenção do membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **1.2 - Assuntos de interesse municipal nos termos do regimento;** \_\_\_\_\_

\_\_\_Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes: \_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, solicitou em relação à rotunda de Carvalhelhos, que a mesma sofresse as obras consideradas necessárias. Referiu-se às Águas de Carvalhelhos que comemoram este ano 100 anos de idade, lembrando as obras necessárias para o desenvolvimento do turismo. Disse defender o Concelho mas principalmente a sua terra ao contrário de muitos representantes que têm estado "calados" segundo a sua opinião. Afirmou que gostaria que para os 100 anos das Águas de Carvalhelhos, se verificasse uma recuperação da estância turística e termal que gerasse postos de trabalho, riqueza e sustentabilidade. Em relação aos passeios da Granja referiu ser necessário o seu arranjo. Solicitou ao Presidente da Câmara quais os procedimentos necessários para que tal aconteça. Referiu existirem águas públicas

de depósitos que se encontram a correr por valetas e que podiam ser aproveitadas nomeadamente para rega. No que diz respeito aos projetos florestais, disse não estar a verificar-se a reposição de plantas, apelando para que a Câmara Municipal e os gestores dos baldios fiquem sensibilizados para o aproveitamento dos recursos florestais, da sua manutenção e limpeza, que permitiria a criação de riqueza e sustentabilidade, na sua opinião. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, realçou como positivo a marcação horizontal das vias de comunicação da Vila e das Estradas Municipais bem como o apoio dado a Associações do Concelho nas suas iniciativas referindo-se nomeadamente à associação "Celtiberus" que tem tido uma forte dinâmica. Referiu-se ainda ao Grupo Desportivo de Boticas, que preside, que se sagrou Campeão Distrital de Benjamins e Infantis na época que terminou. Referiu que o Grupo Desportivo de Boticas tem tido muita atividade, afirmando que se constitui como a instituição sem fins lucrativos que mais gente traz ao Concelho. Destacou ainda o sucesso da realização do passeio de BTT e da realização da prova de downhill a realizar-se em julho que também atrairá muitos visitantes, na sua opinião. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, referiu que a ata não reflete o que de essencial se passa na Assembleia como se tem verificado em atas anteriores, na sua opinião. Sugeriu que as reuniões da Assembleia passassem a ser gravadas de maneira a evitar problemas. Referiu ainda ter

A

tomado conhecimento da abertura de uma Loja do Cidadão em Boticas. Considerou tal facto positivo, solicitando se os serviços regionais de agricultura e do instituto de mobilidade e transporte, mencionados pelo Presidente da Câmara Municipal, vão ser os únicos serviços a funcionar naquela loja. Relativamente ao Programa "Aproximar" referiu ser benéfica a concentração de serviços num mesmo edifício, o que facilita a mobilidade dos cidadãos. Perguntou o que de benéfico irá o programa trazer à região, se irá fazer com que fechem serviços públicos e se iria aumentar o desemprego. Informou que valoriza algumas iniciativas tal como o futebol que tem sido gerador de riqueza e turismo, existindo outras em que, na sua posição, são menos positivas. Demonstrou a necessidade de serem tomadas medidas para o combate à desertificação, que no Concelho de Boticas tem um índice elevado, aliado à vaga de emigração que se tem verificado. Solicitou quais as medidas a serem tomadas no combate à desertificação. Disse ser necessário a adoção de políticas de desenvolvimento e de coesão territorial que permitam a fixação dos jovens no concelho. Em relação à saúde, referiu estar-se numa situação grave quer a nível distrital como concelhia que, segundo a própria, não tem volta a dar. Fez referência ao número elevado de utentes do Concelho sem médico de família, na sua maioria população idosa, fazendo com que essas pessoas não tenham acesso condigno à saúde, o que faz ainda com que aumente o tempo de espera. Lembrou a moção por ela apresentada na Assembleia Municipal relativamente a essa matéria e solicitou quais as

medidas que estão a ser tomadas para combater essas dificuldades. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_O Presidente da Junta de Freguesia de Alturas do Barroso e Cerdedo, Paulo Pereira, falou em nome dos presidentes de Junta, referindo que a resolução dos problemas nas aldeias tem sido feita em colaboração com o Presidente da Câmara Municipal e que se tem conseguido resolver não apenas o problema das aldeias mas também das pessoas, afirmando que foi para essas funções que foram eleitos. Solicitou aos presidentes de junta para não se calarem tendo em conta os ataques de que têm sido alvo e para que as pessoas saibam que estão aqui para servir o interesse das populações. Em relação à ata disse considerar que a mesma reflete a realidade. Reiterou ainda que têm sido muito bem atendidos pelo Presidente da Câmara na resolução dos problemas, afirmando que sem a Câmara não teriam sido feitos muitos trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, solicitou ao Presidente da Câmara que informasse dos negócios realizados entre a Câmara e os seus membros ou familiares, afirmando que essa informação poderia constar da informação enviada pela Câmara Municipal. Em relação à qualidade da água, considerou que a Câmara tem tido uma atitude bastante ambientalista, o que segundo o próprio, é positivo. Referiu, no entanto, a questão da poluição do Rio Noro que, segundo ele, ainda continua. Referiu-se ainda às fontes de água no Concelho que, segundo o próprio, deveriam ter informação clara sobre se a mesma é própria ou não para consumo bem como



proceder à sua análise.

\_\_\_A Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Barroso, Lúcia Mó, afirmou que os presidentes de junta eleitos pelo PSD estão aqui com convicção e não para receber a senha de presença. Referiu que a resolução das situações e necessidades das aldeias têm sido resolvidas e continuarão a sê-las em colaboração com a Câmara Municipal, reforçando que têm sido bem recebidos pelo executivo camarário. Afirmou ser desnecessário recorrer à ofensa.

\_\_\_O Presidente da Junta de Freguesia de Vilar e Viveiro, José Dias, reiterou que a resolução dos assuntos é feita recorrendo ao Presidente da Câmara Municipal e que os assuntos não devem ser resolvidos em locais menos apropriados, referindo-se a um exemplo em concreto.

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, referiu-se à questão das florestas que já tinha abordado anteriormente. Disse que o Presidente da Câmara terá dito numa entrevista, que o problema teria mais a ver com os baldios do que com o município, o que na sua opinião não deixa de ser verdade, embora considera que alguns baldios não têm capacidade financeira nem o know-how necessário e que são nesses aspetos que o município deve intervir.

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal elogiou os presidentes de junta, encorajando-os a continuar com o trabalho que têm feito. Agradeceu-os pelo empenho e dedicação à causa pública. Relativamente à questão das florestas, informou que o Gabinete Técnico Florestal da Câmara encontra-se disponível

para apoiar naquilo que os Conselhos Diretivos e Juntas de Freguesia entenderem. Informou ainda que o município se comprometeu a financiar a parte não financiada de projetos já submetidos, referindo que não pode fazer mais do que isso. Em relação à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, disse que a autarquia está nas melhores classificadas em termos de transparência e que não se encontra envolvido nem seus familiares, em qualquer tipo de negócio relacionado com a Câmara Municipal nem possui qualquer tipo de negócio ou empresas particulares. Quanto à qualidade da água, informou que o Município de Boticas é um dos que possui melhor qualidade de água. Em relação à ETAR de Boticas, afirmou que as análises às águas demonstrem que não existe qualquer problema de poluição no Rio Noro. Disse, em relação às fontes de água, existir informação clara sobre se as mesmas são ou não controladas, informando no entanto, que estas não podem ser controladas pelo município. No que diz respeito à qualidade de vida, reafirmou que o Concelho de Boticas tem muito boa qualidade de vida. Relativamente à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, agradeceu o facto de a mesma considerar positivo a criação da Loja do Cidadão em Boticas. Informou que a génese da assinatura do protocolo teve origem no facto de existirem serviços que se encontram instalados em edifícios que implicam o pagamento de rendas. Explicou que com a criação da Loja do Cidadão, esses custos desaparecerão uma vez que o protocolo prevê a concentração desses serviços num só edifício da propriedade

A

do município. Informou que a Loja do Cidadão localizar-se-á numa parte do antigo tribunal e irá integrar os serviços de Finanças, de Registo e Notariado, Segurança Social e Direção Regional de Agricultura. Relativamente a este último serviço, especificou que está previsto, numa primeira fase, a deslocação de um técnico às instalações uma vez ou duas por semana, de acordo com as necessidades que vierem a ser verificadas. Informou que os postos de trabalho atualmente existentes nesses serviços serão transferidos para a Loja do Cidadão. Disse que irá ainda ser instalado naquele local o "Espaço do Cidadão" que disponibilizará outros serviços. Referiu-se ainda ao problema da desertificação, que considera transversal ao país, bem como a fraca taxa de natalidade, referindo ter sido feito pelo município o que está ao seu alcance. Disse que as várias medidas e apoios adotados pelo município não são suficientes para contrariar a situação mas o município continuará com as políticas de natalidade e de fixação da população. Referiu que a criação de emprego é fundamental para a resolução desses problemas. Informou da existência de um protocolo entre o município e a ARS assinado em setembro, através do qual o município se compromete a suportar os custos com a permanência de um médico para as urgências nos dias em que não existe neste momento. Afirmou que esta falta se deve à restrição de abertura de vagas de medicina nas universidades, que na sua opinião, tem apenas como objetivo o reforço de poder daquela classe. Informou ainda do número de utentes sem médico de família no Centro de Saúde de Boticas, agrava-

do ainda pela ponderação que é atribuída no que toca à questão da idade. Informou da intenção de uma médica instalar-se em Boticas por razões familiares, mantendo assim a esperança que a situação possa ser resolvida. Afirmou a sua preocupação, uma vez que sente que a população não tem as condições que merece. Agradeceu as palavras do membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo. Disse que há membros da Assembleia Municipal que não lêem os documentos das sessões e que a informação do Presidente da Câmara não é uma cópia das anteriores. Informou, como exemplo, que está transcrita na informação que iriam ser iniciados os trabalhos na Rotunda de Carvalhelhos. No que toca às Águas de Carvalhelhos, disse que a empresa informou da realização de investimentos nos seus equipamentos. Informou que a Câmara não iria investir dinheiro na estalagem uma vez que se trata de propriedade privada, limitando-se a sensibilizar os privados para o investimento e a atuar naquilo que é da sua competência. Referiu que a Câmara Municipal irá colaborar na comemoração dos 100 anos das Águas de Carvalhelhos. Destacou os donos daquela empresa, considerando-os possuidores de grande sensibilidade local ao empregarem um número significativo de pessoas. Em relação às florestas, afirmou que o município apoia os projetos florestais que estão a ser desenvolvidos.

\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal referiu que não se tem intrometido no tema das florestas na Assembleia Municipal por ser o Presidente de uma instituição que enquadra uma parte significativa dos Conselhos Diretivos e Juntas de Fre-

guesia do Concelho nessa matéria. Disse, no entanto, estar disponível para receber todas as pessoas que necessitarem de apoio. Aproveitou ainda para informar que a Cooperativa é uma das instituições do norte e do país que mais projetos tem ajudado a efetuar aos seus associados.

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização para serem submetidos a votação os pontos 2.2 e 2.3 em simultâneo, uma vez que a certificação de contas faz parte do relatório de contas e não tem de ser votada.

**\_\_\_2.1 - Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei;**

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, referiu em relação ao Turismo, que gostava de ver os fundamentos do alegado aumento do número de visitantes no Concelho referido anteriormente. Disse que gostaria que a atividade das freguesias fosse dada a conhecer. Em relação às Águas de Carvalhinhos, afirmou que gostaria que no dia da comemoração dos seus 100 anos, houvesse novidades em relação ao desenvolvimento e sustentabilidade daquela estância termal.

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, disse na sua opinião, que relativamente à informação do Presidente da Câmara, não é necessário expor toda a atividade da Câmara mas sim apenas a mais relevante. Referiu que quando falou da questão dos negócios, não se referiu especificamente ao Presidente da Câmara mas sim em termos gerais, nomeadamente membros ou familiares diretos de quem ocupa cargos

políticos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, disse que relativamente à situação da saúde, acredita que o problema é das políticas internas dos hospitais, referindo-se concretamente ao Hospital de Vila Real. Relativamente à informação da Câmara enalteceu o apoio à natalidade e referiu que o número de nascimentos deveria constar da mesma. Afirmou ainda da importância em traçar um plano para combater o problema da desertificação e que esse seria um ponto essencial nos assuntos de interesse municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal informou que no ano passado nasceram 33 crianças no concelho e que informará no final do ano dos nascimentos ocorridos durante o presente ano. Relativamente à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, informou que é obrigado a prestar informação da atividade da Câmara à Assembleia. Informou ainda que no início do mandato, o Presidente da Câmara e Vereadores são obrigados a entregar uma declaração de interesses através da qual devem informar de todo o seu património, esclarecendo que não tem qualquer tipo de negócio. Em relação à desertificação, disse que esse problema deriva do facto de não existirem empregos suficientes no interior. Afirmou que é esse o problema que se está a tentar resolver e em que o município aposta. Referiu-se ainda à zona industrial, informando que já só existem alguns lotes vagos. Informou dos apoios financeiros, entre outros, que a Câmara atribui para a dinamização empresarial e a criação de emprego, afir-

A

mando que é esse caminho que o município deve seguir. Reite-  
rou o bom trabalho efetuado pelos presidentes de junta, moti-  
vando-os para que continuem no mesmo caminho. \_\_\_\_\_

**\_\_\_ 2.2 – Relatório de Gestão e Contas Consolidadas / Ano  
2014; \_\_\_\_\_**

\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal informou que os  
pontos 2.2 e 2.3 seriam submetidos em conjunto a votação,  
conforme solicitado anteriormente, o que não obteve qualquer  
objeção. \_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, disse  
que continua a afirmar o que disse na última sessão nessa  
matéria. Referiu-se às opções políticas que levaram, segundo  
o próprio, aos "buracos" verificados nas contas. Perguntou ao  
senhor Presidente da Câmara qual a razão da diferença entre  
as contas de 2013 e 2014. Disse ainda que não tem sido res-  
peitado o Regimento da Assembleia relativamente ao direito  
de defesa da honra. \_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, disse  
que a interpretação das contas é feita de maneira diferente  
consoante a cor partidária. Sugeriu no entanto, para uma  
interpretação mais fácil das contas, que fosse solicitado ao  
Presidente da Câmara se o município teria neste momento  
dinheiro para pagar as contas na hipotética ideia da Câmara  
Municipal encerrar. Afirmou que nessa situação, o município  
teria dinheiro para pagar as suas contas, o que demonstra que  
o mesmo não se encontra falido. \_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, solici-

tou explicações quanto às reservas verificadas pelo revisor oficial de contas. \_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, referiu que cabe a cada um efetuar a sua análise às contas. Solicitou ainda esclarecimentos sobre a análise mencionada pelo revisor oficial de contas. \_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal, em relação à intervenção do membro, Adérito Pinto, referiu que ninguém invocou a defesa da honra, tendo-se limitado a cumprir o estabelecido por lei. \_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal explicou que os revisores oficiais de contas são independentes e efetuam, por isso, o seu trabalho de forma independente, sem qualquer orientação do município. Relativamente às contas, referiu um saldo financeiro de cerca de três milhões de euros e um saldo contabilístico de mais de setecentos mil euros negativos. Informou estarem incluídas no saldo contabilístico, amortizações de construções e infra estruturas em mais de três milhões de euros, tendo dado exemplos concretos e justificando, assim, tal resultado negativo. Informou da necessidade em proceder-se às contas consolidadas de acordo com a legislação agora em vigor. Em relação à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, disse que se a Câmara Municipal encerrasse amanhã, haveria dinheiro para pagar a todos os fornecedores e existiria ainda um excedente. Afirmou ainda que ficaria preocupado se as contas consolidadas apresentassem um saldo contabilístico positivo, uma vez que a Câmara



não é uma empresa, que não há distribuição de dividendos, mas sim a prestação de serviço à população e por isso não tem de ter lucro.

De seguida foi posta a votação o ponto "2.2 - Relatório de Gestão e Contas Consolidadas / Ano 2014", tendo sido aprovada, por maioria, com dois votos contra dos membros da Assembleia Municipal, Rui Álvares e Adérito Pinto e duas abstenções dos membros da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira e Magda Barroso.

**2.3 - Certificação Legal das Contas Consolidadas / Ano 2014;**

O presente ponto foi a votação em simultâneo com o ponto "2.2 - Relatório de Gestão e Contas Consolidadas / Ano 2014" conforme solicitado anteriormente, tendo sido aprovado por maioria, com dois votos contra dos membros da Assembleia Municipal, Rui Álvares e Adérito Pinto e duas abstenções dos membros da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira e Magda Barroso.

**2.4 - Proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento de Receita da Câmara Municipal para o ano de 2015;**

O Presidente da Câmara Municipal informou da existência de penalizações caso não sejam alcançadas determinadas taxas de execução do Plano de Atividades. Disse que as verbas recentemente recebidas de candidaturas e da empresa intermunicipal "EHATB" não foram contempladas no Plano de Atividades, pelo que surge agora a necessidade de o fazer. Disse que esse aumento de receitas irá ser utilizado para duas fun-

ções essenciais nomeadamente para a celebração de contratos programa com as Juntas de Freguesia para a realização de obras e para a Santa Casa da Misericórdia de Boticas no apoio à construção de um Lar de Acamados.\_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, referiu ter estranhado o facto de constar que a Santa Casa da Misericórdia de Boticas iria ser apoiada financeiramente.\_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, disse que a atribuição de verbas à Santa Casa da Misericórdia de Boticas constitui-se como uma situação de promiscuidade.\_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal afirmou não existir promiscuidade e que as situações são claras. Afirmou que o município se encontra bem colocado em termos de transparência. Afirmou que a Câmara não faz mais do que a sua obrigação ao apoiar a construção de um equipamento social que gere emprego e apoia a população mais idosa.\_\_\_\_\_

\_\_\_De seguida foi posta a votação o ponto "2.4 – Proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento de Receita da Câmara Municipal para o ano de 2015" tendo sido aprovada, por maioria, com quatro votos contra dos membros da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, Rui Álvares, Adérito Pinto e Manuel Baltazar Pereira e duas abstenções dos membros da Assembleia Municipal, Magda Barroso e Paulo Sanches.\_\_\_\_\_

**\_\_\_ 2.5 - Proposta de desvinculação do Município de Boticas da Agência de Energia de Trás-os-Montes (AETM), e Doação da Quota Parte dos Ativos que lhe correspondem à AMAT.**\_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal referiu a existência da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, onde se incluíam os atuais municípios do Alto Tâmega e os restantes municípios do Distrito de Bragança. Referiu ainda a existência da Agência de Energia de Trás-os-Montes que servia os municípios membros daquela Comunidade. Informou da posterior cisão da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes que resultou na Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. Explicou a necessidade, por essa razão, de proceder-se à desvinculação do Município de Boticas bem como dos restantes municípios do Alto Tâmega àquela Agência de Energia. Esclareceu que as funções daquela agência ficariam integradas na Associação de Municípios do Alto Tâmega em relação àqueles municípios.\_\_\_\_\_

\_\_\_De seguida procedeu-se à votação da proposta relativa ao ponto "2.5 - Proposta de desvinculação do Município de Boticas da Agência de Energia de Trás-os-Montes (AE-TM), e Doação da Quota Parte dos Ativos que lhe correspondem à AMAT", tendo sido aprovada por maioria com um voto contra do membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto e uma abstenção do membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares.\_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Assembleia autorização para aprovação em minuta dos pontos 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5, tendo sido aprovado, por maioria com três votos contra dos membros da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, Rui Álvares e Arnaldo Videira.\_\_\_\_\_

**Encerramento da Reunião e Aprovação da Ata.**\_\_\_\_\_

\_\_\_E não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião eram 12 horas e 20 minutos. Para os efeitos consignados no nº 1, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com três votos contra e duas abstenções, a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Filipe Silva, Secretário do GAP, que a elaborei. \_\_\_\_\_

Albino Silva

Filipe Silva